

Escritas contra o esquecimento: mulheres e memória na Literatura Brasileira

Prof.^a Dr.^a Anna Faedrich Martins Lopez (UFF)

Entrevistadoras:

Tamara Roza Campos Amaral (UFF)

Bianca Gomes Borges Macedo (UERJ/CAPES)

A entrevista com Anna Faedrich se insere em um momento particularmente fecundo dos estudos literários brasileiros, marcado pela revisão crítica do cânone e pela revalorização de vozes historicamente marginalizadas. Professora Adjunta de Literatura Brasileira na Universidade Federal Fluminense (UFF), Anna Faedrich construiu uma trajetória sólida e coerente, articulando pesquisa, ensino e intervenção crítica no campo literário. Sua formação — que inclui doutorado em Teoria da Literatura, com passagem pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (2012) — e sua atuação em instituições como Fundação Biblioteca Nacional evidenciam uma pesquisadora profundamente comprometida com a reflexão sobre a literatura brasileira em suas dimensões históricas e contemporâneas.

Seus estudos se concentram, sobretudo, na autoficção e na produção de escritoras brasileiras do século XIX, com especial atenção aos processos de apagamento, exclusão e reinscrição dessas autoras na memória literária. Integra o GT da Anpoll “A mulher na literatura” e, além disso, está à frente do grupo de pesquisa *Literatura de autoria feminina na Belle Époque brasileira*. Anna Faedrich desenvolve um trabalho que vai além da investigação acadêmica, configurando-se também como gesto político de recuperação e reconfiguração de repertórios. Nesse sentido, destaca-se também sua atuação como organizadora da obra *Júlia do Rio: crônicas da Belle Époque carioca* (2024), publicada pela Bazar do Tempo, na qual resgata e reinscreve a produção de Júlia Lopes de Almeida no debate contemporâneo, evidenciando sua relevância estética e histórica.

Nesta entrevista, suas respostas delineiam um pensamento crítico atento às estruturas de poder que moldam o campo literário, dialogando com nomes fundamentais como Virginia Woolf e Pierre Bourdieu. Ao abordar temas como o “quarto próprio”

(Woolf), a violência simbólica (Bourdieu), a formação do cânone e a construção de genealogias femininas, Faedrich evidencia como a escrita de mulheres se constitui como prática de resistência e de transformação ontem e hoje.

Ao mesmo tempo, a entrevista revela a dimensão coletiva dessa escrita, destacando redes de solidariedade, estratégias de sobrevivência intelectual e disputas por visibilidade que atravessam diferentes épocas. Seja ao discutir a atuação de Júlia Lopes de Almeida na Belle Époque carioca, seja ao refletir sobre o impacto contemporâneo da reedição de autoras como Narcisa Amália e Albertina Bertha, a pesquisadora propõe uma leitura que conecta passado e presente, memória e política, literatura e sociedade.

Mais do que apresentar uma trajetória acadêmica, esta entrevista convida o leitor a repensar os próprios fundamentos da literatura brasileira, questionando suas hierarquias e ampliando seus horizontes. Trata-se, portanto, de um encontro com uma pesquisadora que não apenas investiga a literatura, mas também participa ativamente de sua transformação.

PALIMPSESTO

1) Ao contrário do que Woolf profetizou na obra *A arte do romance* (1927), as mulheres da contemporaneidade escrevem mais e em diversos gêneros, porém as hierarquias e desigualdades persistem. Considerando a “profecia” de Virginia Woolf sobre a necessidade de “tempo, dinheiro e espaço próprio” para as mulheres, de que maneira a senhora entende que a conquista do “espaço próprio” e das condições materiais transita de uma necessidade privada para um ato de resistência coletiva, e como essa transição permite que as escritoras contemporâneas não apenas sobrevivam aos “tempos de opressão”, mas utilizem as tensões de sua escrita para desestabilizar o cânone literário tradicional?

ANNA FAEDRICH

Virginia Woolf estava certa ao enfatizar a centralidade das condições materiais e imateriais para a criação artística. As condições oferecidas aos homens nunca foram as mesmas destinadas às mulheres, e isso impacta diretamente a possibilidade de produção e reconhecimento. Como demonstra Linda Nochlin (“Por que não houve grandes artistas mulheres?”), a própria noção de genialidade foi historicamente construída como atributo

masculino, excluindo as mulheres não por ausência de talento, mas por restrições estruturais. No entanto, é preciso tensionar a própria categoria “mulheres”. O acesso ao “quarto próprio” nunca foi igual entre elas. Mulheres pobres, racializadas e periféricas sempre dispuseram de menos tempo, menos dinheiro e menos espaço, isto é, menos condições de existência e de escrita do que mulheres burguesas. Como lembra Gloria Anzaldúa, escrever muitas vezes exige disputar o tempo com o trabalho, com o cuidado e com a sobrevivência. Nesses casos, o “quarto próprio” não é apenas difícil: ele é quase impossível, ou precisa ser inventado em meio à precariedade.

Ainda que hoje haja mais escritoras e maior acesso a direitos e espaços, é fundamental considerar essas assimetrias nas condições de produção literária e os caminhos historicamente trilhados. É interessante ver como as mulheres sempre construíram redes de sociabilidade e apoio mútuo, muitas vezes à revelia de um campo literário hostil. Nesse sentido, a conquista do “quarto próprio”, para além de um espaço de isolamento individual, pode ser vista como uma forma de sustentação coletiva. A passagem do privado ao coletivo ocorre quando se reconhece que o silenciamento de uma escritora não é um caso isolado, mas parte de um projeto mais amplo de apagamento — e que esse apagamento opera de maneira ainda mais violenta sobre determinadas mulheres. Assim, a conquista do “teto todo seu” torna-se um gesto político compartilhado, que transforma a escrita em prática de resistência. É nesse movimento que vejo as escritoras contemporâneas tensionando o cânone literário tradicional. Ao expor suas bases excludentes — marcadas por uma falsa neutralidade de gênero, classe e raça —, suas obras ampliam repertórios, reconfiguram formas e reivindicam novos modos de inscrição no sistema literário.

PALIMPSESTO

2) Em seu livro *Júlia do Rio: crônicas da Belle Époque carioca* (2024), a senhora revela não apenas a fascinante faceta cronista e *flâneuse* de Júlia Lopes de Almeida, mas também a resistência da escritora com os interditos morais e intelectuais impostos às mulheres na cidade através da violência simbólica (Bourdieu, 1998). Se a violência simbólica atua tornando “natural” a exclusão feminina através de interditos morais, até que ponto a senhora compreende que a criação de redes de solidariedade e a conquista de espaços de sobrevivência representaram não apenas uma resistência física, mas uma subversão do

imaginário urbano que desafiou a dicotomia entre o silêncio do privado e a visibilidade do público na escrita de Júlia Lopes de Almeida?

ANNA FAEDRICH

Em *Júlia do Rio*, procuro evidenciar como Júlia Lopes de Almeida enfrentou a “violência simbólica”, tal como formulada por Pierre Bourdieu, que operava ao naturalizar a exclusão feminina do espaço público por meio de normas morais e sociais. Na cidade da Belle Époque carioca, essa violência se manifestava, entre outras formas, na vigilância dos corpos e na restrição da circulação feminina, produzindo uma divisão rígida entre o espaço doméstico e o urbano. Ao assumir a posição de cronista e *flâneuse*, Júlia ocupou a cidade e reconfigurou seus modos de representação. Sua escrita tensiona essa ordem ao inscrever, nas páginas dos jornais, a experiência feminina da vida urbana, rompendo a dicotomia entre o silêncio do privado e a visibilidade do público.

Essa subversão do imaginário urbano não se dá de forma isolada. A atuação de Júlia se insere em redes de sociabilidade feminina que ampliam sua presença no campo literário. Sua relação com Madame Catulle Mendès — que organizou, em 1914, um banquete em sua homenagem em Paris — evidencia a dimensão transnacional dessas redes e a visibilidade que a autora alcançou em seu tempo. Assim, a criação de redes de solidariedade e a conquista de espaços de atuação representam estratégias de resistência, mas também formas de reconfigurar o próprio imaginário urbano e literário. O fato de Júlia ter sido amplamente reconhecida em vida torna ainda mais significativo seu posterior apagamento, revelando como os mecanismos de exclusão continuam a operar também na memória literária.

PALIMPSESTO

3) A senhora realizou um trabalho de reedição das obras de Albertina Bertha, Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida. Isso é um marco importante de resistência que não apenas coloca a escrita de autoria feminina em perspectiva, mas também potencializa os saberes e as práticas do trabalho das mulheres no campo literário. Nesse sentido, como a senhora articula a leitura crítica de textos de autoria feminina através da abordagem de temas ainda tão atuais, como maternidade, casamento, família, entre outros, e as relações

com a mudança de paradigmas e a construção de uma sociedade mais igualitária para o gênero feminino?

ANNA FAEDRICH

Ao articular a leitura crítica dessas obras com temas ainda tão atuais — como feminicídio, casamento, maternidade e desigualdade de gênero —, percebemos que essas escritoras já interrogavam, no século XIX e início do XX, as bases estruturais da sociedade brasileira. Nesse sentido, o trabalho de reedição é um gesto de resgate e de intervenção crítica no presente: ele reposiciona a escrita de autoria feminina como parte constitutiva — e não marginal — da tradição literária.

Em *Narcisa Amália*, por exemplo, encontramos uma consciência aguda da desigualdade de gênero, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação. Sua crítica à exclusão das mulheres das “academias” revela a percepção de um desperdício sistemático de inteligência feminina, sufocada pela falta de estímulo. Já Albertina Bertha, em *Exaltação* (1916), constrói uma protagonista intelectualizada, leitora de filosofia e literatura, cuja autonomia é lida como desvio — efeito de uma educação considerada “viril”. Aqui, o próprio imaginário sobre o que é ser mulher é tensionado. No caso de Júlia Lopes de Almeida, a crítica se torna ainda mais incisiva ao abordar a violência contra as mulheres. Em obras como *Quem não perdoa* (teatro), *Cruel Amor* (romance) e *A falência* (romance), a autora tematiza o feminicídio, a impunidade dos agressores e a desigualdade moral que regula os comportamentos de homens e mulheres, revelando a naturalização dessas violências na sociedade.

Assim, a leitura dessas autoras, hoje, ilumina continuidades históricas e contribui para a transformação dos paradigmas críticos. Ao reinscrevê-las no campo literário, deslocamos a literatura de autoria feminina do lugar de exceção para o de produção crítica central, capaz de intervir nas formas de pensar a sociedade. Trata-se, portanto, de um movimento que articula memória e política, leitura e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

PALIMPSESTO

4) Ao observar a formação do cânone da literatura brasileira, nota-se que muitas escritoras do século XIX foram marginalizadas pela historiografia, apesar do reconhecimento que

tiveram em seu tempo, como Júlia Lopes de Almeida. Considerando que o cânone resulta de disputas simbólicas e institucionais, como aponta Pierre Bourdieu em *A dominação masculina*, obra na qual o autor evidencia as estruturas históricas de poder que moldam os mecanismos de consagração cultural, produzindo hierarquias; e considerando o seu estudo recente *Escritoras silenciadas* (2022), no qual a senhora demonstra o processo de apagamento da historiografia literária brasileira a partir de escritoras como Narcisa Amália, Julia Lopes de Almeida e Albertina Bertha, é interessante pensar que isso não decorre apenas de critérios estéticos, mas de processos de exclusão sistemáticos que atuaram na crítica, nas instituições culturais e nos repertórios acadêmicos. Então, como você interpreta os fatores críticos, institucionais e ideológicos que levaram a esse apagamento? E de que modo a revisão contemporânea dessas narrativas pode reconfigurar a memória literária nacional?

ANNA FAEDRICH

O apagamento de autoras como Narcisa Amália, Albertina Bertha e Júlia Lopes de Almeida não pode ser entendido como efeito de critérios puramente estéticos, mas como resultado de processos críticos, institucionais e ideológicos articulados. Como sugere Bourdieu, os mecanismos de consagração cultural são atravessados por relações de poder que definem quem é legitimado e quem é excluído. No caso da literatura brasileira, esse apagamento se deu, em grande medida, por meio da atuação da crítica literária, da historiografia e das instituições de ensino, que funcionaram como instâncias de legitimação seletiva. Embora muitas dessas escritoras tenham sido reconhecidas em seu tempo, sua posterior exclusão dos manuais, dos currículos e das histórias literárias revela um processo ativo de reconfiguração da memória, orientado por valores que elegeram a produção masculina como norma e universal.

Em *Escritoras silenciadas* (2022), procuro demonstrar que esse silenciamento não é pontual, mas estrutural: ele se reproduz na formação dos repertórios acadêmicos, na circulação editorial e nos próprios critérios de valor que sustentam o cânone. É um apagamento que opera tanto no nível da visibilidade quanto no da interpretação, relegando essas autoras à condição de exceção ou curiosidade. Albertina Bertha, Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida foram, em vida, lidas, reconhecidas, premiadas, reeditadas. No

entanto, mesmo quando célebres, estavam submetidas a expectativas de gênero e a formas de deslegitimação que limitavam sua inserção plena no campo literário.

A revisão contemporânea dessas narrativas não implica apenas reinserir nomes esquecidos, mas reconfigurar os próprios fundamentos do campo literário. Ao recolocar essas escritoras em circulação, questionamos os critérios de consagração, ampliamos os horizontes de leitura e evidenciamos que a literatura brasileira sempre foi mais diversa — em termos de gênero, experiência e perspectiva — do que a tradição canônica fez crer.

PALIMPSESTO

5) Nas últimas décadas, os estudos literários têm promovido um movimento significativo de revisão da historiografia literária e de recuperação de escritoras historicamente silenciadas. No contexto brasileiro, pesquisas como as desenvolvidas por Constância Lima Duarte (1997), especialmente sobre a imprensa feminina e feminista do século XIX, evidenciam que muitas autoras participaram ativamente da vida intelectual de seu tempo, publicando em periódicos, organizando redes de sociabilidade literária e intervindo em debates sobre educação, direitos e o papel social da mulher. Diante desse movimento de revisão crítica, como a senhora avalia o impacto do resgate de escritoras do século XIX para uma compreensão mais ampla e complexa da literatura brasileira, especialmente no que diz respeito à construção de novas genealogias de autoria feminina?

ANNA FAEDRICH

O resgate dessas escritoras, apoiado por pesquisas fundamentais como as de Constância Lima Duarte e de Zahidé Muzart — assim como pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GT “A mulher na literatura” da ANPOLL, entre outras iniciativas –, tem um impacto profundamente transformador. Além de ampliar o *corpus* literário, essas pesquisas reconfiguram os próprios modos de compreender a formação da literatura brasileira.

Esse movimento permite a construção de novas genealogias de autoria feminina, evidenciando que as escritoras contemporâneas não surgem de forma isolada, mas se inscrevem em uma tradição intelectual e literária mais longa, marcada por intervenções críticas sobre educação, direitos e o papel social das mulheres. Ao recuperar essas vozes, rompe-se com a ideia de descontinuidade e de excepcionalidade que historicamente

marcou a presença feminina no cânone. Além disso, esse processo complexifica a historiografia literária ao deslocá-la de uma narrativa linear, homogênea e predominantemente masculina, revelando um campo mais plural, atravessado por disputas, redes de sociabilidade e múltiplas formas de atuação intelectual. Nesse sentido, o resgate dessas autoras não é apenas um gesto de inclusão, mas uma operação crítica que redefine os critérios de valor, os marcos históricos e as formas de leitura da literatura brasileira.

PALIMPSESTO

6) A Fuvest, responsável pela elaboração e aplicação do Vestibular da USP (Universidade de São Paulo), adotou exclusivamente obras de autoras mulheres para os próximos vestibulares (de 2026 a 2029). A lista é grande e reúne autoras que vêm ganhando espaço atualmente, como Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Conceição Evaristo, Djaimilia Pereira de Almeida e Paulina Chiziane, além das já consagradas, como é o caso de Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Sophia de Mello Breyner Andresen. Ao lermos essas escritoras hoje, principalmente as obras produzidas por aquelas que foram historicamente marginalizadas, frequentemente vamos de encontro a reflexões acerca do lugar social da mulher e suas formas de atuação na esfera pública. Que efeitos essa escolha da Universidade de São Paulo pode ter na formação de leitores, especialmente entre jovens e estudantes do sexo masculino, e na circulação e recepção dessas obras no presente?

ANNA FAEDRICH

A decisão da Fuvest de adotar exclusivamente autoras mulheres constitui um marco histórico, tanto pela visibilidade que confere a essas escritoras quanto pelo impacto direto na formação de leitores e na dinâmica do próprio campo literário. Ao colocar nomes como Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida ao lado de Conceição Evaristo e Clarice Lispector, a universidade promove uma reconfiguração simbólica do que se entende por literatura canônica.

Para jovens leitores, esse gesto tem um efeito formativo importante, pois contribui para desconstruir a ideia de que a escrita de autoria feminina se restringe ao espaço doméstico ou a experiências particulares. Ao contrário, essas obras abordam questões

centrais da vida social, política e subjetiva, reafirmando o caráter público e universal da experiência feminina.

Essa escolha também impacta diretamente o mercado editorial. Há cerca de quinze anos, quando busquei publicar autoras como Albertina Bertha e Narcisa Amália, enfrentei resistências significativas: havia pouco interesse por parte das editoras, atravessado por dúvidas recorrentes — quem leria essas obras? haveria público para elas? Pude acompanhar, ao longo do tempo, uma mudança surpreendente nesse cenário. Hoje, grandes editoras, como a Companhia das Letras, têm investido na publicação e republicação dessas autoras (na esteira da lista da Fuvest), como Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida, o que evidencia uma transformação — ainda que, em parte, induzida — no mercado, na formação do leitorado e nas demandas culturais contemporâneas. Assim, a Universidade promove uma política de inclusão que funciona como intervenção crítica: articula a formação de leitores, a revisão do cânone e a reconfiguração do mercado editorial. Ao ampliar a circulação dessas obras, cria-se um ciclo virtuoso entre universidade, escola, crítica e mercado, capaz de consolidar a presença dessas autoras e de transformar, de maneira duradoura (espero!), a paisagem literária brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Júlia do Rio: crônicas da Belle Époque carioca*. Organização: Anna Faedrich. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997. p. 85-94.

FAEDRICH, Anna. *Escritoras silenciadas: Narcisa Amália, Julia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres*. Rio de Janeiro: Macabéa; Fundação Biblioteca Nacional, 2022.

WOOLF, Virginia. *A arte do romance*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

Anna Faedrich Martins Lopez: professora Adjunta de Literatura Brasileira na UFF, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura. Coordenadora da disciplina Literatura Comparada na Graduação em Letras (EAD/UFF/CECERJ). Coordenadora do Grupo de Estudos “Literatura de autoria feminina na Belle Époque brasileira: memória, esquecimento e repertórios de exclusão”. Integra o GT da Anpoll “A mulher na literatura”. Foi professora do CAp-UERJ e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da UERJ. Foi Pesquisadora Residente na Fundação Biblioteca Nacional (RJ). Realizou estágio pós-doutoral na UFF, com pesquisa sobre autoficção e literatura brasileira contemporânea, sob supervisão de Eurídice Figueiredo. Doutora em Letras - Teoria da Literatura, pela PUCRS (2014), com bolsa integral do CNPq e período de doutorado-sanduíche na Université Sorbonne-Nouvelle - Paris 3, com bolsa CAPES, sob orientação de Jacqueline Penjon. Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2006). Especialista em Literatura Brasileira (UFRGS/2007). Mestre em Letras - Teoria da Literatura, com bolsa integral do CNPq (PUCRS/2010). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria da Literatura e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos temas da AUTOFICÇÃO e de ESCRITORAS BRASILEIRAS do século XIX. E-mail: anna.faedrich@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6616-3812>.

Tamara Roza Campos Amaral: doutoranda em Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da UFF, sob orientação de Ida Alves, onde desenvolve pesquisa sobre a poética de Ana Luísa Amaral, com foco no jogo de vozes. Possui Mestrado (2023) e Especialização (2020) em Literatura Portuguesa pela UERJ, orientada por Carlos Eduardo Soares da Cruz; no mestrado, investigou a poética de Golgona Anghel. Integra o grupo de pesquisa Poesia e Contemporaneidade (UFF), coordenado por Célia Pedrosa e Ida Alves, e o grupo Pesquisas Literárias Luso-Brasileiras, no qual atua desde 2020. Foi pesquisadora júnior do Real Gabinete Português de Leitura (2020–2021), no projeto Páginas paisagens Luso-Brasileiras, com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. É licenciada em Letras pela UFRRJ e atualmente integra o quadro efetivo de docentes municipal (SEMED/Japeri), além de

tutora a distância na disciplina de Literaturas Africanas II (UFF/CEDERJ). E-mail: tamararoza@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4044-8566>.

Bianca Gomes Borges Macedo: doutoranda em Letras (Literatura Portuguesa), pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - CAPES, pesquisa a produção contística de escritoras oitocentistas e a escrita de autoria feminina na imprensa periódica operária portuguesa entre os séculos XIX e XX, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo da Cruz. Mestre em Letras (Literatura Portuguesa) também pela UERJ, seus estudos se debruçam sobre as representações das personagens femininas e a autonomia das mulheres nas narrativas de autoria feminina. E-mail: bianca.mac@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2883-2589>.